

Mikhail Gorbachev e Frederik de Klerk: Dois *Homens Novos* ou Dois Embustes da História?

Sérgio Vieira da Silva*

Resumo

Em meados dos anos 1980, a União Soviética confrontava-se com uma profunda crise interna. No plano da política externa, acentuava-se o predomínio americano promovido pelo Presidente Ronald Reagan, ao mesmo tempo que a Iniciativa de Defesa Estratégica ameaçava reduzir a URSS a potência de segunda grandeza. Foi neste ambiente que apareceu Mikhail Gorbachev, que se apressou a apresentar-se na cena político-diplomática internacional como um *homem novo*. Em 1989, o Presidente sul-africano Pieter Willem Botha era afastado pelos seus colaboradores próximos e obrigado a ceder lugar a um *homem novo*, que pôs em prática um programa de reformas que desembocou, em abril 1994, na realização das primeiras eleições por sufrágio universal na África do Sul. No entanto, seriam Mikhail Gorbachev e Frederik de Klerk verdadeiramente *homens novos*? Terão sido merecedores dos Prémios Nobel que lhes foram atribuídos?

Palavras-chave: Gorbachev, de Klerk, *Perestroïka*, *Pretoriastroïka*

* Professor Associado da Universidade Lusófona. Diretor da Licenciatura em Estudos de Segurança e do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais. Investigador do CICPRIS. Coordenador Editorial da *ResPublica*

252 *Abstract*

In the mid-1980s, the Soviet Union was confronted with a deep domestic crisis. In terms of foreign policy, the American dominance promoted by President Ronald Reagan was consolidating, while the Strategic Defense Initiative threatened to reduce the USSR to a second-rank power. It was in this environment that Mikhail Gorbachev emerged, who hastened to introduce himself in the international political and diplomatic scene as a *new man*.

In 1989, Pieter Willem Botha was removed from South African Presidency by his close associates and forced to give way to a *new man*, who implemented a reform program that ended in the first elections held by universal suffrage in South Africa, in April 1994.

However, have Mikhail Gorbachev and Frederik de Klerk been truly *new men*? Have they deserved the Nobel Prizes assigned to them?

Keywords: Gorbachev, de Klerk, *Perestroïka*, *Pretoriastroïka*

1. A *Perestroïka* de Mikhail Gorbachev

253

É um facto inegável que, no momento em que Mikhail Gorbachev acedeu à liderança, a URSS se confrontava com uma profunda crise interna. Esta crise comportava três dimensões interpenetrando-se: uma crise na legitimidade política do sistema soviético que interagiu com uma crise na produção económica e no aprovisionamento social, ambas agravadas por uma crise nas relações étnicas e culturais (Kennedy, 1994: 13). Parece, no entanto, pouco razoável procurar neste *status quo* a verdadeira motivação da política gorbacheviana, atendendo à permanência de um estado de crise na história soviética. Além do mais, há muito que os problemas económicos eram um tema de discussão nos círculos políticos e militares soviéticos. Até mesmo Leonid Brezhnev, apesar de nunca se ter referido a *reformas*, reconheceu a necessidade de «melhorar o método de planificação» (Cherednichenko, 1976: 44-45, 51; Grechko, 1976: 167-169). Eis-nos, assim, levados a procurar algures a razão da nova retórica do Kremlin.

Em 23 de março de 1983, o Presidente americano Ronald Reagan apresentava publicamente a sua Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE). Ao supostamente fornecer um escudo protetor no espaço contra os mísseis balísticos, este programa não era apenas mais um expediente para resolver o problema da vulnerabilidade dos Estados Unidos à entrada dos mísseis; ele alterava radicalmente todo o quadro estratégico, tornando inúteis as armas ofensivas. Importa ainda referir que Reagan nunca lidara bem com a doutrina da *destruição mútua assegurada* e manifestara sempre pouco entusiasmo relativamente ao Tratado ABM (Pinto, 1988b: 107) e, nesse contexto, a *Guerra das Estrelas* fornecia-lhe o que Lawrence Freedman designou como a «grande fuga do dilema nuclear» (Mason, 1996: 61). No fim de contas, a IDE permitiria a materialização de um conceito muito mais aliciante: o de *sobrevivência mútua assegurada*, assente no desenvolvimento de uma estrutura de forças equilibrada (ofensiva-defensiva) destinada a consolidar a dissuasão (Davis, 1986: 256-257; Bispo, 1989: 127; Schwartz & Skinner, 2005). Mas se a IDE visava, sem dúvida, reforçar a segurança dos Estados Unidos, não é menos verdade que pretendia também, por maioria de razão, aumentar os custos da segurança da União Soviética, arrastada à força para uma nova fase da corrida aos armamentos. Reagan acreditava firmemente, e não sem razão, que os soviéticos não podiam

254 ganhar esta nova competição tecnológica e que, por isso, seriam compulsados à cooperação (Schwartz & Skinner, 2005).

Importa, contudo, recordar que, entre 1983 e 1985, o Presidente Reagan foi obrigado a multiplicar os esforços para vencer o ceticismo do Congresso relativamente a um programa avaliado em 27 biliões de dólares. Isto deixa supor que o Kremlin esperava que a IDE fosse bloqueada nos próprios Estados Unidos. Para além disso, os dirigentes soviéticos duvidavam da viabilidade tecnológica do projeto, desconfiando de que se tratava de uma operação de desinformação americana destinada a pressionar a URSS a celebrar um qualquer acordo – desfavorável – de controlo de armamentos. Por último, é quase certo que o Kremlin estava na expectativa dos resultados das eleições americanas de 1984. Seja como for, não é menos verdade que o KGB já dava sinais de profundo nervosismo relativamente ao projeto espacial americano (Garthoff, 1994: 515-516).

No entanto, as esperanças do Kremlin rapidamente foram defraudadas. Alentado por uma reeleição que lhe dava umas trégua de mais quatro anos, Ronald Reagan voltou à carga. Em 6 de fevereiro de 1985, no *Discurso sobre o Estado da União*, o Presidente americano fez o balanço do debate interno sobre o assunto. Às críticas de toda a natureza e conteúdo e ao ceticismo reinante no seio do aparelho político americano, o Presidente limitou-se a responder: «*Let's get started*» (Meyerson, 1989). Mais ainda, no mês precedente, durante uma cimeira nipo-americana realizada em Los Angeles, o Primeiro-ministro japonês Yasuhiro Nakasone declarara-se favorável a uma participação do governo de Tóquio, com algumas reservas, nas pesquisas associadas à IDE (Joyaux, 1993: 95).

Foi neste contexto que Mikhail Gorbachev acedeu, em março de 1985, à liderança da União Soviética, com o apoio do Partido, do Exército Vermelho e do KGB, que reconheciam a necessidade de reformas, mas ao seu ritmo e sob o seu controlo, o que explica as divergências que mais tarde surgiriam entre aqueles e Gorbachev (Conte, 1990: 31, 39; Borcke, 1990: 62). Uma vez que a nova realidade imposta pelos Estados Unidos de Ronald Reagan ameaçava tornar o arsenal estratégico soviético obsoleto e, dessa forma, relegar a União Soviética para a condição de superpotência de *segunda ordem* (Lello, 1990: 47; Conte, 1990: 31), o objetivo prioritário de Gorbachev era travar o novo programa espacial militar americano e, dessa forma, garantir a perpetuação

do *status quo* bipolar (Lévesque, 1997: 24; Oudenaren, 1990: 16; Huyn, 1990: 1; Zubok, 2000: 6). Como poderia esta missão prioritária ser cumprida? Só apresentando ao mundo uma *nova* URSS, mais moderada, mais conforme aos princípios da comunidade internacional dos Estados e até mesmo mais cooperativa relativamente ao rival americano.

E, assim, de um momento para o outro, tudo é inovação *no país dos soviéticos*: por um lado, um *novo líder*, com uma característica inovadora: só tem 54 anos; por outro, um *novo discurso político* assente num *novo pensamento*, o qual pressupunha (1) que a guerra já não era uma política racional, (2) a busca de novas abordagens para resolver os problemas internacionais, baseadas na coexistência pacífica e na cooperação, (3) o reconhecimento de que a humanidade partilhava um destino comum perante ameaças globais, (4) o reconhecimento de que a interdependência exigia um nível superior de cooperação política, (5) a libertação das relações interestatais de todos os constrangimentos ideológicos, (6) a atribuição às organizações internacionais, em particular às Nações Unidas, de uma maior importância no quadro dos esforços para preservar a paz e, por fim, (7) uma maior confiança no direito no que respeita às relações interestatais (Lieber, 1991: 86).

Mikhail Gorbachev não tardou, pois, em se apresentar na cena político-diplomática internacional como um *homem novo*, facto que merece alguma ponderação. Com efeito, a análise do seu currículo permite-nos concluir que a carreira política de Gorbachev é digna de um *apparatchik* de sucesso, o que também não surpreende. Nascido em 1931, inscreveu-se em 1950 no Departamento de Direito da Universidade Estatal de Moscovo Lomonosov. Em 1952 aderiu ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Pouco depois tornou-se membro do comité do partido na universidade. A partir de 1955, a sua carreira fixou ligada a Stavropol, onde foi Chefe adjunto da divisão de propaganda e de agitação do Comité da União da Juventude Comunista (Komsomol), sendo sucessivamente promovido até chegar a Primeiro Secretário do Partido do Comité Regional em 1970. Em 1971, Gorbachev tornou-se membro do Comité Central (CC), deputado do Soviete Supremo da União Soviética (1974) e Presidente da Comissão Permanente dos Assuntos da Juventude (1974-1979). Em 1978 era nomeado para o Secretariado do Comité Central para a Agricultura; membro suplente do Politburo em 1979 e membro efetivo em 1980; Presidente da Comissão das propostas legislativas do Conselho da União (1979-84) e da Comissão dos Negócios Estrangeiros

- 256 (1984-1985). Gorbachev era, para além do mais, um dos elementos mais próximos de Yuri Andropov. Durante a curta liderança de Konstantin Chernenko, foi o secretário do Partido Comunista encarregado da ideologia e, oficiosamente, o segundo membro mais poderoso do partido. Enfim, em 1985 ascenderia a Secretário Geral do PCUS¹.

Por outro lado, se os *reformadores* eram tão influentes em março de 1985, de modo a determinar a escolha de Gorbachev, é portanto legítimo que se questione por que razão não conseguiram evitar as eleições de Andropov em 1982 e, mais ainda, de Chernenko em 1984? Ou, por outras palavras, como conseguiram, em alguns meses, reunir as forças necessárias para fazer eleger, por unanimidade, a sua figura de proa? Enfim, se existiam *reformadores*, por que razão não havia *plano de reformas*? Com efeito, embora o fundamento da *perestroïka* seja por vezes identificado com um discurso de Gorbachev pronunciado em 1984², não é menos verdade que a sua apresentação só foi feita no XXVII Congresso do PCUS, reunido em fevereiro-março de 1986. Além disso, em 1987 o líder soviético ainda dizia: «Quais são os nossos objetivos finais? É difícil dar uma resposta exata e pormenorizada. Não é nosso costume entrarmos no campo das profecias e tentarmos predestinar todos os elementos arquiteturais do edifício público que erigiremos durante o processo da *perestroïka*» (Gorbachev, 1987a: 45).

O debate sobre as *novas ideias* suscita, também ele, algumas interrogações que merecem ser dissecadas. De acordo com o próprio Mikhail Gorbachev, o *novo pensamento*, pilar doutrinário da sua deriva reformista, baseava-se em dois conceitos fundamentais: *perestroïka* (reestruturação) e *glasnost* (política de abertura). Relativamente ao primeiro, a definição formulada pelo dirigente soviético é ambigualmente sugestiva: «*Perestroïka* é uma palavra com muitos significados. Mas se escolhermos entre os seus muitos sinónimos possíveis aquele que constitui o seu conceito-chave e exprime a sua essência com maior exatidão, podemos dizer o seguinte: *perestroïka* é uma revolução. Uma aceleração decisiva do desenvolvimento socioeconómico e cultural da

-
1. Para pormenores, ver Hough (1990) e Cienciala (2002).
 2. Em dezembro de 1984, numa reunião do Comité Central, Gorbachev terá apresentado um relatório sobre a *Criatividade Viva do Povo*, onde afirmava a necessidade de ultrapassar as noções dogmáticas das relações de produção sob o sistema socialista, de desenvolver a autoadministração económica, de apoiar as iniciativas inovadoras, bem como de incrementar a abertura e a *democracia socialista*. O relatório foi publicado seis meses depois (ou seja, após a chegada de Gorbachev ao poder) e continha as disposições principais que viriam a constituir o programa da *perestroïka* (ver Boobbyer, 2009: 171).

sociedade soviética que envolve alterações radicais na via para um Estado qualitativamente novo é inegavelmente uma tarefa revolucionária. (...) *Perestroika* é um processo revolucionário porque é um salto em frente no desenvolvimento do socialismo, na realização das suas características essenciais» (Gorbachev, 1987a: 60-61).

O novo conceito de *glasnost*, por seu turno, data do... século XIX. Uma vez chegado ao poder e tendo consciência do ambiente de descontentamento que progressivamente se instalava no Império, o czar Alexandre II prontamente convidou os representantes da nobreza, também eles insatisfeitos com o rumo dos acontecimentos, a *refletir* sobre os meios de realizar as reformas sociais e económicas que se impunham. Na sua opinião, era melhor abordar os problemas a partir de cima do que esperar que comesçassem a dissolver-se a partir de baixo (Marabini, 1966: 33). Conhecido na época como *glasnost*, este expediente serviu como «uma ferramenta eficaz para corrigir falhas das instituições burocráticas e contrariar práticas de corrupção entre os funcionários» (Montgomery, 1988). Tratava-se, pois, de promover as reformas necessárias para aplacar a indignação da sociedade em geral e garantir a sobrevivência, mais do que insistir numa via que corria o risco de desembocar na queda do poder imperial. Atendendo às dificuldades de organização e à extraordinária máquina repressiva do Estado, o expediente foi também perfilhado pelos meios revolucionários russos para assegurar a disciplina político-ideológica e de ação dos militantes. Desenvolvida por Pyotr Tkachev e adotada nomeadamente pelos *populistas*³, a ideia de *glasnost*, que previa o debate aberto de matérias políticas por todos os

3. O *populismo* teve as suas origens nos anos 1860. O estado de espírito de «ir em direção ao povo» induziu vários elementos idealistas da jovem *intelligentsia*, designados *narodniki* (de *narod*, o povo), a instalar-se nas aldeias para ajudar os camponeses a melhorar as suas vidas, mas sobretudo para ali criar centros de agitação e uma força revolucionária. Foram, contudo, mal recebidos e a maior parte deles acabou nas prisões, denunciados à polícia pelos camponeses. Após esta experiência decepcionante, alguns *populistas* formaram em 1879 o *Narodnaya Volya* (*Vontade do Povo*), um partido que buscava uma mudança revolucionária através do assassinato de membros-chave da elite dirigente. Em conformidade, os revolucionários cometeram numerosos assassinatos, inclusive o de Alexandre II. Em 1903, a maioria dos membros do *Narodnaya Volya* aderiu ao Partido Revolucionário Socialista, dirigido por Piotr Lavrov e Nikolay Mikhaylovsky. Outros, particularmente os mais jovens, decidiram entrar para as fileiras dos bolcheviques. Entre os pensadores e escritores revolucionários do século XIX, citem-se Vissarion Belinsky, Alexander Herzen e Mikhail Bakunin, o mais notável anarquista do seu tempo. Nikolay Chernyshevsky estabeleceu a base do populismo revolucionário, preparando o terreno para o marxismo russo, que seria desenvolvido por Georgi Plekhanov, enquanto Pyotr Tkachev se destacaria no plano das ideias organizacionais. Sobre a evolução dos movimentos revolucionários na Rússia, veja-se Marabini (1966: 31-44) e Cienciala (2002).

258 membros do partido, devendo estes, todavia, sujeitar-se à decisão final emanando da direção.

O conceito foi reintroduzido por Lenine no seio do Estado soviético sob a designação de *centralismo democrático*, entendendo-o como «criticismo iniciado e dirigido pela liderança projetado para (...) inverter tendências socioeconómicas indesejáveis, acelerar o desenvolvimento económico e impulsionar a produtividade laboral. No domínio político, ele viu a *glasnost* a funcionar como um meio para castigar a negligência burocrática e para estimular a participação pública na vida política» (Gross, 1987: 70). Na sua opinião, «tudo o que acontece numa empresa socialista deve ser tornado público (...). As deficiências na atividade económica de cada comuna devem ser divulgadas ao público. Precisamos da crítica pública que exporá os males da nossa economia, sensibilizará significativamente o público e ajudar-nos-á a curar problemas sociais» (Montgomery, 1988). Daqui discorreu Lenine a conveniência de organizar o partido com base no *centralismo democrático*, em conformidade com o qual (1) todas as decisões deviam ser tomadas no seguimento de um debate livre, aberto pelo Congresso, o órgão representativo do partido; (2) uma vez tomada a decisão final, ela não podia ser submetida a novas discussões, devendo, em contrapartida, ser adotada por todos; (3) todos os funcionários do partido – secretários, o Comité Central e outros órgãos executivos – eram eleitos indiretamente de baixo para cima entre os seus quadros; por fim, (4) os órgãos e funcionários inferiores deviam subordinar-se a todas as decisões e instruções dos funcionários executivos do partido (Macridis, 1982: 141).

Lenine (1973: 163) acrescentou ainda que «um Estado é forte quando o povo é politicamente consciente. É forte quando o povo sabe tudo, pode formar uma opinião sobre tudo e faz tudo conscientemente». Ou seja, o povo estava mais apto a acreditar e a apoiar o governo, nos seus objetivos e nos seus desígnios, se a participação pública fosse consentida. Importa, porém, reter que a amplitude do debate e do criticismo tinha limites: as vozes só se poderiam fazer ouvir desde que fosse para promover os interesses do socialismo e as opiniões divergentes manifestavam-se no quadro de parâmetros estritos. As fações não eram admitidas no seio do partido e nenhum membro podia discordar ou manifestar publicamente as suas queixas. Para contornar

esta probabilidade, Lenine apressou-se a conceber a ideia dos *inimigos do povo*.

Em suma, uma função principal do *centralismo democrático* ou *glasnost* era estimular a participação pública (dos membros do partido) na vida política e simultaneamente reforçar a legitimidade do regime (Montgomery, 1988). Além disso, ele personifica os próprios fundamentos da *democracia socialista*. Nem mesmo uma abordagem jurídico-política permite escapar a uma tal interpretação do conceito⁴.

A partir de então, o princípio do *centralismo democrático* passou a ser uma componente essencial da ideologia marxista-leninista, posto em prática por todos os sucessores de Lenine sob uma qualquer forma. Ele seria, aliás, oficialmente consagrado na Constituição de 1977, cujo art.º 3º estabelecia: «O Estado soviético está organizado e funciona segundo o princípio do centralismo democrático», o qual «combina liderança central com iniciativa local e atividade criativa» (Ludwikowski, 1996: 39). As liberdades de expressão, de imprensa, de reunião, de encontro, de desfile e de manifestação de rua estavam consignadas no

4. «O centralismo democrático é o termo que qualifica o duplo movimento que da base para o topo e do topo para a base assegura a unidade política do grupo. O maior poder de iniciativa e de discussão é acordado à base; degrau a degrau, através das múltiplas formações onde ela se exprime, a vontade política precisa-se e decanta-se, tornando a subir em direção à autoridade central. Esta fixa a sua substância que, doravante, liga imperativamente o conjunto do povo. Esse processo pareceria muito pouco original se vissemos nisso apenas uma técnica de tomada de decisão após discussão. Ele aparentar-se-ia ao regime deliberativo de tipo liberal. Na realidade, a aproximação é infundada porque o centralismo democrático deve ser encarado no contexto marxista que delimita a discussão pelas exigências da Cidade socialista. Estas exigências, é a autoridade central que as formula; por conseguinte, o debate só pode incidir sobre a sua adaptação às circunstâncias. O mesmo é dizer que, no centralismo democrático, há, desde o início do processo, colaboração entre a base e o topo. Contudo, o seu contributo não é idêntico porque enquanto que, do topo, emanam as diretivas que traduzem tomadas de posição autónomas, as *iniciativas* da base apenas testemunham a consciência que ela toma dos imperativos objetivos da construção do socialismo. A vontade da base não é validada pela sua própria origem; ela só tem valor se resultar de um esforço para pensar a doutrina. É seguramente fácil denunciar na teoria do centralismo democrático uma farsa destinada a velar pela espoliação das massas. Na medida em que a teoria se aplica às decisões tomadas no seio do partido, é certo que a parte que ela constitui na base não responde ao que seria de esperar de uma discussão democrática. A linha política é uma competência do *bureau político* que não tem de se justificar. Mas, tratando-se do procedimento de elaboração de leis, a discussão extremamente ampla a que os projetos dão lugar não pode ver-se contestar um caráter democrático. Só que, e é este o ponto essencial, a democracia de que se trata é uma democracia marxista, isto é, uma democracia em que o indivíduo e os grupos só têm poder na medida em que são comunistas. Eis o postulado fundamental que delimita tanto as prerrogativas políticas como a extensão dos direitos individuais. O Poder não é organizado abstratamente para ser exercido numa qualquer sociedade. É o Poder da Cidade socialista. Só os crentes são admitidos a participar nela» (Burdeau, 1973: 410-411).

260 art.º 50º da referida Constituição soviética⁵, mas deviam, todavia, ser exercidas «de acordo com os interesses do povo e com vista a consolidar e a desenvolver o sistema socialista» (Timmermans, 1987: 46). Cabia, no entanto, ao Partido Comunista e à sua direção, o Politburo, decidir quais eram os interesses do povo, assim como estabelecer o que desenvolvia e consolidava o sistema socialista, em conformidade com o art.º 3º, que consagrava «a obrigação dos corpos inferiores observarem as decisões dos superiores», e com o art.º 6º, que estabelecia que o PCUS é «[a] força dirigente e orientadora da sociedade soviética (...)». Munido com o marxismo-leninismo, o Partido Comunista determina as perspetivas gerais do desenvolvimento da sociedade e o curso da política interna e externa da URSS, dirige a grande obra construtiva do povo soviético e confere um caráter planificado, sistemático e teoricamente fundamentado à sua luta pela vitória do comunismo» (Ludwikowski, 1996: 607). Por outras palavras, todas as liberdades estavam garantidas «desde que não fossem utilizadas para prejudicar a revolução» (Malki, 1978: 33)⁶.

As políticas introduzidas por Mikhail Gorbachev no quadro da *glasnost* não representavam indiscutivelmente nada de novo ou de fundamentalmente diferente. Como então declarou, o desígnio das reformas era assegurar «uma transição de um sistema de direção excessivamente centralizado de gestão para um sistema democrático baseado principalmente em métodos económicos e numa combinação ótima de centralismo e de autogestão», acrescentando ao mesmo tempo que o partido não toleraria alterações aos princípios da reforma económica adotados (Gorbachev, 1987b: 420). No fundo, era suposto as reformas avaliarem os problemas relativos aos sistemas social e económico soviéticos para se lidar com as mudanças que se impunham. No entanto,

5. Note-se que o reconhecimento de tais liberdades estava já inscrito nas constituições de 1918 (art.ºs 14º-16º) e de 1936 (art.ºs 125º-126º). Todavia, o sentido diretor estava sempre presente. Com efeito, o art.º 126º do texto de 1936 proclamava o direito de reunião dos cidadãos no seio de organizações públicas – sindicatos, associações cooperativas, organizações da juventude, organizações desportivas e de defesa, sociedades culturais, técnicas e científicas.

6. Refira-se que tais limitações às liberdades estavam já inscritas nos textos constitucionais anteriores. A Constituição de 1918 (art.º 23º) estipula: «Guiada pelos interesses da classe trabalhadora como um todo, a República Socialista Federativa Soviética Russa despoja todos os indivíduos e grupos dos direitos que possam ser por eles utilizados em detrimento da revolução socialista» (Eko, 2014: 257); a de 1936 (art.º 131º) estabelece que «[p]essoas que cometem ofensas contra a propriedade pública, socialista, são inimigos do povo» (Riha, 1969: 613).

a *liberdade de discussão* permitida no quadro da *glasnost* permaneceu claramente sob o controlo do Partido. Em suma, a *política de abertura* gorbacheviana mais não era do que uma versão modernizada do mecanismo tradicional de autocritica para consolidar os sistemas económico e social; uma versão, refere Richard Schifter, ainda assim liberta de algumas das suas características mais despóticas, nomeadamente «a punição severa em virtude da simples expressão de opiniões discordantes, as limitações estritas sobre as expressões literárias autorizadas, o controlo do Estado sobre todas as outras formas de empreendedorismo artístico, a punição em virtude da crítica de qualquer funcionário do Estado ou de qualquer ação oficial» (Montgomery, 1988).

Diga-se, por último, que muitas outras propostas de Gorbachev eram meras reatualizações de concepções antigas. Com efeito, as *novas* orientações em matéria de política internacional, por exemplo, recuperavam fórmulas do passado, como sejam a *segurança coletiva* (Maxim Litvinov), o *risco de aniquilamento da humanidade em caso de guerra nuclear* (Georgy Malenkov), a *coexistência pacífica* (Nikita Khrushchev), a *interdependência e a supressão da ideologia das relações interestatais* (Leonid Brezhnev)⁷.

Outras considerações impedem-nos também de ver na política de Gorbachev uma rutura com o passado⁸. Na verdade, é a Yuri Andropov que se deve verdadeiramente a iniciativa e os fundamentos da *perestroika* (McCWire, 1991: 260-262). Por outro lado, a análise dos debates do XXVII Congresso ou do livro *Perestroika* revelam ainda uma visão profundamente ideológica, continuando a sublinhar o antagonismo fundamental com o mundo capitalista. Entre 1985 e 1988, *glasnost* e *perestroika* são sobretudo palavras de ordem destinadas a enquadrar uma retoma do controlo do partido, do Estado e da sociedade, em nome de um projeto ainda fortemente marcado pela ideologia e pelo voluntarismo leninista (Soutou, 2003). «O período entre março de 1985 e junho de 1988 foi uma época de pesquisa e de preparação da perestroika. Literalmente, pode ser designado por período *romântico*. Foi o tempo em que as pessoas acreditavam que era possível melhorar, renovar, o modelo do socialismo existente de forma relativamente fácil

7. Veja-se Remacle (1989: 13), Lieber (1991: 86), Conte (1990: 42), Oudenaren (1990: 12-18) e Soutou (2003).

8. Veja-se nomeadamente Hough (1985: 33-55), Hough (1990: 22-43, 156-169), Simis (1985: 3-21), McCWire (1991: 260-264), Bialer (1986: 111-125) e Zinoviev (1987).

262 e rápida, livrando-se dos males óbvios da sociedade [soviética]», escreve Georgy Shakhnazarov (1996: 41). Enfim, Gorbachev nunca renunciou aos princípios fundamentais da doutrina marxista-leninista, o que, aliás, o próprio confirmaria incansavelmente (Nogee & Donaldson, 1988: 337). Acresce que o XXVII Congresso do PCUS reafirmou que os princípios teóricos fundamentais do partido estavam corretos (Becker *et al.*, 1986: 59). Somos, pois, levados a pensar que Gorbachev foi um simples inovador, como outros antes dele. Assim foi, por exemplo, nos anos 1920, quando Lenine concebeu a Nova Política Económica (NEP). Com efeito, a miséria da Rússia impusera um relaxamento do rigor dos princípios ideológicos e o restabelecimento de um *semicapitalismo*. A direção bolchevique foi ainda obrigada a apelar ao capital estrangeiro, fazendo-lhe importantes concessões. Estas decisões permitem ver Lenine como um *reformista* ou um *homem novo* ou a NEP como uma renúncia aos princípios do marxismo-leninismo? Tratou-se pura e simplesmente de uma *retirada estratégica*, ou seja, de uma adaptação às necessidades e às possibilidades do momento (Lenine, 1986: 241-242; Oldenburg, 1970: 200, 202-203; Rémond, 1974: 100-101). Da mesma forma, a *nova política* de Gorbachev representava, em última análise, «novos meios para alcançar objetivos fundamentalmente inalterados» (Kubalkova & Cruickshank, 1989: 103).

Só a partir de 1988 foi possível discernir mudanças sensíveis na política externa da União Soviética. Por um lado, porque o conjunto de medidas tomadas ao longo dos anos precedentes não conseguiram travar a crise do sistema soviético (Bladel, 2004); mas sobretudo porque Gorbachev percebeu que, para que o Ocidente levasse a sério a sua política externa, era necessário que a União Soviética se tornasse credível graças a profundas reformas internas (Chernyaev, 2000: 56, 308, 330 e 350-351).

A reestruturação da economia, com o intuito de estabilizar o sistema socialista, impôs ao Kremlin dois objetivos prioritários: travar a corrida aos armamentos e obter a assistência ocidental. Para concretizar o primeiro objetivo, Gorbachev propôs uma nova ronda sobre o controlo dos armamentos. O programa militar espacial americano (IDE) seria, assim, posto em cheque, enquanto, paralelamente, as despesas militares soviéticas haviam entretanto aumentado: em 1989, a União Soviética desembolsava ainda cerca de 10 biliões de marcos alemães para consolidar as suas posições políticas e militares no mundo (Huyn,

1990: 2). Mais ainda, como observou o Secretário americano da Defesa Frank Carlucci em agosto de 1988, a URSS continuava «a desenvolver os seus exércitos para além das necessidades da sua própria defesa (...), [incidindo] este poder suplementar sobre forças destinadas a operações ofensivas de grande envergadura com vista a apoderar-se e a conservar um território» (Zorgbibe, 1993: 104). A oferta soviética de desarmamento era, assim, um novo expediente, como já o haviam sido no passado outras propostas da mesma natureza (Sleeper, 1987: 73; Seibert, 1986: 41), o que, aliás, deixavam entrever as palavras do próprio Gorbachev (1994: 147): «(...) o desanuviamento pode libertar recursos muito importantes para fazer crescer o socialismo e, dessa forma, aumentar o seu potencial estratégico». Ideia semelhante foi veiculada em 1987 pelo coronel-general Dmitri Volkogonov: «A coexistência pacífica contribui para o debilitar do poder do complexo militar industrial nos países capitalistas e cria condições favoráveis à luta política, económica e ideológica do proletariado» (Pinto, 1988a: 181).

Quanto ao segundo objetivo (obter a assistência ocidental), o líder soviético propôs a criação de uma *casa comum europeia*⁹, chegando mesmo a sustentar a necessidade de uma *política pan-europeia* (Gorbachev, 1987a: 213-232). Esta iniciativa permitiria a recuperação de uma economia arruinada (e a sobrevivência do sistema soviético), bem como a instrumentalização do *antiamericanismo* europeu. Temas como o fim da *ameaça comunista* e a partilha dos *valores humanos comuns* da civilização europeia (Freidin, 1991: 25-44) eram supostos conduzir a prazo a uma redução sensível da presença americana na Europa (Gorbachev, 1985)¹⁰. Por fim, o preço a pagar pela passagem do atual controlo absoluto da URSS sobre a Europa Oriental para o exercício de uma simples influência (no seguimento dos programas de reformas) seria a extensão dessa mesma influência a todo o continente (Soutou, 2003).

Em suma, os dois eixos principais da política *ocidental* da *nova* União Soviética (as propostas de desarmamento e a aproximação à

9. Foi Leonid Brezhnev quem introduziu a expressão em 23 de novembro de 1981, durante uma visita à Alemanha Federal. Ela seria retomada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Andrei A. Gromyko em Bona, em 18 de janeiro de 1983, e, por fim, por Gorbachev numa intervenção na Câmara dos Comuns, no Reino Unido, em 18 de dezembro de 1984 (ver Eekelen, 1990: 46; Lévesque, 1997: 38-50).

10. Mais tarde, os soviéticos vieram a mudar de opinião e a contemplar positivamente a presença americana na Europa (Lévesque, 1997: 50).

264 Europa Ocidental) deviam sucessivamente desembocar no desenvolvimento económico soviético, no cancelamento do programa americano de militarização do espaço, no abrandamento da modernização das forças dos Estados Unidos e da Europa Ocidental e, por último, no enfraquecimento da Aliança Atlântica.

A abordagem que Gorbachev se esforçou por apresentar como uma *nova era* na política externa da URSS era, pois, em última análise, mais formal do que real; ela refletia também em larga medida uma utilização mais sofisticada da propaganda e dos *media* estrangeiros com vista a influenciar a opinião pública internacional (Lévesque, 1997: 25-26; USDoD, 1987: 11). A este propósito, cabe citar Gorbachev (1994: 155-156): «Na situação atual, que é tensa, a política mundial é impensável sem uma luta para conquistar a opinião pública, o espírito e o coração das pessoas. (...) A luta para conquistar a opinião pública é tão obrigatória para os diplomatas como a realização de negociações». Foi neste quadro que uma nova comissão para os assuntos internacionais, liderada pelo secretário do Comité Central Alexander Yakovlev, foi encarregada, em setembro de 1988, das atividades diplomáticas e de desinformação estratégica, dirigidas à opinião pública ocidental¹¹. Esta operação, que custou anualmente aos soviéticos três a quatro biliões de dólares (Sleeper, 1987: 73), deu durante algum tempo os seus frutos, ao ponto de no Ocidente se ter firmado a convicção de que Moscovo prosseguia doravante uma política externa mais moderada e simplesmente defensiva, ao contrário de Washington (Vicente, 1987: 49; Ferreira, 1990: 143; Reyhler, 1990: 16-23; Conte, 1990: 32, 36-39; Benoist, 1987: 27-45).

2. A *Pretoriastroika* de Frederik W. de Klerk

Em 1989, o regime sul-africano foi abalado por sérios problemas. Pieter Willem Botha, o *Grande Crocodilo*, foi afastado pelos seus colaboradores próximos e obrigado a ceder o lugar a Frederik Willem de Klerk. Este não tardou em se apresentar ao país e ao mundo como um *homem novo*, ele que frequentemente falava de *nova era*, de *novo modelo*, de *nova África do Sul*. Tais expressões não eram, todavia, novas

11. Sobre as ações soviéticas de desinformação durante a liderança de Gorbachev, veja-se USDoS (1988), FBI (1988), Romerstein (1991), Crozier (1996: 46-50) e USIA (1992).

no léxico político sul-africano. Recorde-se que o próprio P.W. Botha já havia reconhecido a necessidade de reformas, algumas das quais empreendeu no início dos anos 1980. Coube-lhe também a honra de ter *dessacralizado* o sistema do *apartheid*, dizendo-o *ultrapassado* (Haski, 1987-1988). Foi seguramente este conjunto de razões que levou o jornal *The Sowetan*, desconfiado, a declarar que de Klerk «vende-se como um liberal mas não é melhor que os seus antecessores» (Chelet, 1989: 10). E a verdade é que o novo Presidente da África do Sul foi, a pouco e pouco, dando a impressão de que era um mero *sósia político*, apenas mais atrativo, do seu predecessor, ou seja, um estilo diferente ao serviço de um discurso idêntico (Bole-Richard & Fritscher, 1991; Mufson, 1990: 122; Nelan, 1989: 135). Um punhado de factos permite, com efeito, que nos interroguemos sobre as suas verdadeiras intenções.

Desde logo, recordemos que, no momento da sua acessão ao poder, Frederik de Klerk desfrutava de uma sólida reputação de conservador. Nascido em 1936 no seio de uma importante família de políticos *afrikaners*, fez os seus estudos de Direito e dedicou-se à advocacia. Membro da Afrikaner Broederbond, deputado em 1972 e líder provincial do Partido Nacional (PN) no Transvaal em 1982, foi, no plano governamental, Ministro dos Correios e Telecomunicações e da Previdência e das Pensões (1978), dos Correios e Telecomunicações e dos Desportos e Recreação (1978-1979), das Minas, Energia e Planeamento Ambiental (1979-1980), das Minas e da Energia (1980-1982), dos Assuntos Internos (1982-1985) e, por último, da Educação Nacional e do Planeamento (1984-1989). Ao longo da sua carreira política apoiou sistematicamente o princípio da discriminação racial. Enquanto deputado e Ministro, advogou a separação das raças no trabalho, na área de residência, na educação e nos locais públicos, opôs-se à criação de sindicatos negros e negou-lhes o direito à greve, recusou firmemente o princípio «um homem, um voto» e, enfim, rejeitou qualquer diálogo com o African National Congress (ANC), considerando que «dar demasiado e demasiado depressa aos negros é tão perigoso como dar muito pouco e demasiado tarde»¹².

Em segundo lugar, é legítimo questionar o *espírito reformista* animando um *novo* Governo que permaneceu imutável quanto aos titulares

12. Veja-se Coquerel (1992: 278-279), Mufson (1990: 122), Vanneman (1990: 7), Herbst (1997: 219), Ottaway (1993: 26), Haski (1989-1990) e Bole-Richard & Fritscher (1991).

266 dos postos ministeriais. Com efeito: só duas figuras de proa desapareceram de cena: P.W. Botha e o seu delfim, Chris Heunis. Mais ainda, de Klerk reconduziu nos respetivos cargos todos os membros da *securitocracia*, nomeadamente o Ministro da Defesa (general Magnus Malan), o Ministro da Justiça (Hendrik *Kobie* Coetzee), o Ministro da Lei e da Ordem, responsável pelas forças de polícia (Adriaan Vlok), o Chefe do Estado-Maior da South African Defence Force (general Johannes *Jannie* Geldenhuys), o Comissário da South African Police (general Hennie de Witt) e o chefe do National Intelligence Service (Niel Barnard) (Henderson, 1991c).

Depois, ao contrário do que terá ficado para a história, a aproximação entre o Governo e Nelson Mandela não foi organizada por iniciativa do novo Presidente sul-africano. O primeiro contacto entre as duas partes remonta, com efeito, a 1985, quando o líder negro recebeu a visita do Ministro da Justiça *Kobie* Coetzee, no Volks Hospital (Cidade do Cabo). Em 1987, na sequência de vários contactos esporádicos, F.W. de Klerk patrocinava a criação de um comité secreto tendo em vista negociar com o líder do African National Congress (ANC). Para além de *Kobie* Coetzee, o comité integrava Niel Barnard, o general Willem Hendrik Willemse, o Comissário do Departamento dos Serviços Correcionais, e Fanie van der Merwe, diretor geral do Departamento das Prisões, a quem se juntaria mais tarde Gerrit Viljoen, que viria a ser nomeado Ministro do Desenvolvimento Constitucional, em 1989. Em maio de 1988 tinha lugar o primeiro encontro formal do comité com Mandela, a quem foram de imediato aliviadas as condições de reclusão (Mandela, 1998: 571; 583; 587-588; 607)¹³.

Acresce que, se o alcance das medidas anunciadas por F.W. de Klerk em fevereiro de 1990 consente falar-se de *discurso histórico*, tudo leva a crer que o objetivo prioritário era o levantamento das sanções internacionais (ver Arnold, 1992: 143; Baker, 2000: 110). Recorde-se aqui que, de acordo com o *Comprehensive Anti-Apartheid Act* de 15 de agosto de 1986, cabia ao Presidente dos Estados Unidos suspender ou modificar as sanções caso o governo de Pretória adotasse pelo menos duas medidas: (1) a libertação de Nelson Mandela e de todas as pessoas perseguidas por causa das suas convicções políticas, assim como as indevidamente detidas sem processo e (2) o levantamento da

13. Veja-se também Haski (1985) e Preez (2004).

proibição de todos os partidos políticos e o reconhecimento aos sul-africanos de todas as raças do direito de criar partidos políticos, de exprimir opiniões políticas e de participar no processo político (Davis & Schraeder, 1992: 261-262). A relativa coincidência entre os dois factos, separados somente por três anos e meio, parece confirmar que Frederik de Klerk esperava obter em troca do seu gesto um levantamento das sanções em vigor, nos Estados Unidos e na Europa particularmente. O próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros Roelof Pik Botha admitiu que «insistimos deliberada e persistentemente em recompensas pelas reformas que empreendemos» (Landsberg, 2002). Foi, por outro lado, possível identificar no ato de libertação de Mandela todas as características de uma verdadeira operação de propaganda dirigida para o exterior (ver Mandela, 1998: 611-612). Aliás, a dimensão internacional da decisão justificava-se dada a forte pressão exercida pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. De facto, em setembro, imediatamente após a eleição do novo Presidente da África do Sul, o Departamento de Estado declarou que de Klerk recebera um mandato para proceder a uma *verdadeira mudança* e exortou-o a passar do estádio das promessas de reformas à fase das «ações concretas e específicas», nomeadamente a libertação de todos os presos políticos e o regresso dos exilados políticos, o levantamento do estado de emergência e a legalização do ANC e de outras organizações políticas (HRW, 1989). George Bush e Margaret Thatcher manifestaram-se no mesmo sentido, tendo a britânica aproveitado a oportunidade para manifestar a sua impotência para «manter indefinidamente a sua postura antissanções» (Landsberg, 2002). No mês seguinte foi a vez de Herman Cohen afirmar que Washington gostaria de ver alguma normalização na vida política na África do Sul, voltando a insistir na libertação dos presos políticos e na legalização das organizações políticas, acrescentando que a Administração ponderaria a imposição de sanções suplementares se não fossem tomadas ações orientadas para o fim do *apartheid* no decurso da sessão parlamentar seguinte (fevereiro-junho de 1990) (HRW, 1989). Isto explica que a decisão relativa às medidas *históricas* só tenha sido tomada em 20 de dezembro de 1989 (e não antes).

Quinto, a impaciência em libertar Mandela contrasta profundamente com a lentidão em dar início ao processo de negociações. Com efeito, se as *conversações sobre conversações* começaram em março de 1990, a abertura do fórum nacional de negociação – a Convention for

268 a Democratic South Africa (Codesa) – só teve lugar em dezembro de 1991¹⁴. Coube, aliás, ao próprio Nelson Mandela (1998: 633) confirmar que «[o] governo não tinha grande pressa de iniciar as negociações; contavam que a euforia com que a minha libertação tinha sido recebida esmorecesse. Queriam dar tempo a que eu escorregasse e caísse, mostrando que o ex-prisioneiro saudado como salvador era afinal um homem altamente falível que tinha perdido o contacto com a situação presente». Em abono da verdade, o objetivo prioritário do governo nesta altura era apenas a cessação da luta armada levada a cabo pelo ANC (Coetzee, s.d.; Mandela, 1998: 629), o que de resto cedo conseguiu. Com efeito, os nacionalistas negros, aquando dos encontros realizados em maio de 1990, haviam-se comprometido a reconsiderar a sua luta armada (Acordo de Groote Schuur) e, em 6 de agosto seguinte, anunciaram o fim efetivo das atividades do Umkhonto we Sizwe, a ala militar do movimento (Acordo de Pretória) (Preez, 2004; Henderson, 1991a). A partir deste momento, à falta de pressão militar, as negociações entraram numa fase de estagnação e os prisioneiros políticos não foram libertados como acordado, sendo a situação dos exilados ainda pior (Ottaway, 1993: 6; Faure, 1991: 149; HRW, 1992). Enfim, as restrições à liberdade de imprensa mantiveram-se em vigor até 1994 (HRW, 1993, 1994).

Por fim, embora de Klerk tenha abolido algumas leis discriminatórias em 1990, como o *Separate Amenities Act* (que fixava a segregação racial em todos os locais públicos), os principais *pilares legislativos* do *apartheid* mantiveram-se em vigor até 1991, nomeadamente o *Group Areas Act* (segregação residencial), o *Land Act* (reservando aos brancos a propriedade de 87% das terras do país) e o *Population Registration Act* (classificação dos sul-africanos em função das características raciais). Todavia, quanto a esta última lei, iriam ser propostas medidas transitórias enquanto se aguardava pela elaboração de uma nova constituição (Lyon, 1995; Haski, 1992).

Apesar dos anunciados intentos reformistas de Frederik de Klerk, depressa se tornou evidente que as novas soluções avançadas para resolver o conflito interno na África do Sul jamais se inspirariam no *modelo de Westminster*. O facto é que, ao mesmo tempo que reconhecia

14. Sobre a Codesa, ver Tavernier (1994: 107-108), Bouckaert (2000: 246-247), Ottaway (1993: 157-178) e Sarakinski (1995: 259-265).

a necessidade de mudança, o poder *afrikaner* entendia que a mutação devia acontecer sem ameaçar os «valores e as proezas das comunidades e indivíduos do passado e os nossos sonhos e planos futuros» (Giliomee, 1985: 94).

A elite dirigente sul-africana estava ciente de que tinha naquele momento muito mais condições para chegar a um entendimento com a maioria negra do que num período posterior. Com efeito, o enfraquecimento da posição do ANC, por falta de apoio soviético, combinava-se com a convicção de que a maioria dos negros atribuía mais importância ao bem-estar do que à democracia. O poder *afrikaner* decidiu, pois, iniciar negociações, acreditando poder alcançar uma solução que restringisse severamente o poder da maioria. À semelhança de Gorbachev, de Klerk imaginava que, tomando a iniciativa, conservaria o controlo sobre o processo de transformação (Haski, 1992). Este gesto não era fortuito. Lembremo-nos que 1989 foi o ano do apogeu da popularidade do líder soviético no mundo ocidental. E se a União Soviética conseguira forjar uma imagem favorável junto dos seus adversários ocidentais, por que não o seu aliado sul-africano?

A questão da violência interna parece ter sido um dos principais pilares da nova estratégia de F.W. de Klerk. E se o início das *conversações sobre conversações* coincidiu com o aumento da violência nos *ghettos* negros, vários são também os sinais que nos induzem a acreditar de que não se tratou de pura coincidência.

Embora já se registassem, desde 1985, na província do Natal, combates regulares opondo os partidários zulus de Mangosuthu Gatsha Buthelezi, líder do *bantustão* KwaZulu¹⁵, aos adeptos da United Democratic Front (UDF), uma coligação de grupos anti*apartheid* e do ANC, a nova realidade política e a perspetiva de uma partilha do poder entre brancos e negros aumentou manifestamente a animosidade entre as duas tendências. Neste contexto, em julho de 1990, Buthelezi decidiu transformar o seu *movimento cultural* Inkatha em *partido nacional* – o Inkhata Freedom Party (IFP) – e reclamar o seu lugar à mesa das negociações. Entretanto o conflito não tardou a assumir um caráter de antagonismo étnico, opondo os zulus do IFP aos xhosas, a etnia de Nelson Mandela, de Oliver Tambo e de muitos outros dirigentes do ANC.

15. Sobre a questão dos *bantustões*, veja-se Silva (2013: 161-164).

O nível elevado da violência não impediu o Presidente de Klerk de anunciar, em 7 de junho de 1990, o fim do estado de emergência em três das quatro províncias do país, à exceção do Natal. Esta decisão era tanto mais despropositada quanto desde 1990 que os confrontos entre o IFP e o ANC tinham deixado a província do Natal para alastrar ao Transvaal e às *townships* em torno de Johannesburg, a começar pelo Soweto.

Para mais, certos aspetos da situação, nomeadamente o comportamento das forças de segurança, depressa suscitaram suspeitas quanto à presença de uma *influência oculta* ou *terceira força* na orquestração e fomentação da violência entre as facções negras, a fim de fazer abortar o processo das negociações ou, pelo menos, de enfraquecer o ANC. Esta força oculta seria composta por elementos das forças de segurança (polícia e forças armadas) agindo concertadamente com outras formações, como o Inkatha Freedom Party e várias estruturas paramilitares de extrema direita. Para além de treinar e de armar uma parte considerável da população com vista a uma guerra civil total, estas forças fomentavam, facilitavam, iniciavam e participavam em atos de violência¹⁶.

Face às acusações de colaboração entre os *esquadrões da morte* da South African Police (SAP) e do Civil Cooperation Bureau (CCB) da South African Defence Force, Frederik de Klerk nomeou, em janeiro de 1990, uma comissão de inquérito. Como era de esperar, no seu relatório final, tornado público em novembro, a Comissão Harms concluiu pela inexistência de *esquadrões da morte* da SAP implicados na morte de ativistas anti*apartheid* (Ottaway, 1993: 34-35; HRW, 1990, 1992).

Já em abril, o Ministro da Lei e da Ordem Adriaan Vlok aprovou uma lei proibindo o porte de armas perigosas, incluindo as lanças, os machados e as facas, geralmente utilizadas pelos membros do IFP nos seus confrontos com os membros do ANC. Esta proibição seria, todavia, pouco depois levantada perante o argumento do IFP de que elas eram uma expressão da identidade cultural zulu (HRW, 1992). Enfim, em finais de julho, rebentava o *Inkhatagate*, o escândalo que revelou a existência de laços estreitos entre o Governo e o IFP. Este terá recebido 90 mil dólares e o seu sindicato, o United Worker's Union of South Africa, mais 500 mil dólares.

16. Para pormenores sobre a *terceira força*, veja-se Stott (2002), Henderson (1991b), Chapleau (1990), TRC (1998a) e TRC (1998b).

Em outubro de 1991, após a assinatura do Acordo de Paz Nacional, foi nomeada uma nova comissão de inquérito. A Comissão Goldstone, como ficou conhecida, rapidamente se distanciou do Governo e das demais forças políticas. Sem poderes para exigir um depoimento ou a produção de prova, a comissão não cessou de reclamar, ao longo das inquirições, a atribuição de poderes suplementares, o que o Governo não só recusou, como a censurou de proferir um caudal importante «de insinuações, de alegações e de acusações [que] ameaçavam a credibilidade das forças de segurança» (Bouckaert, 2000: 255). Pouco depois, o Governo adotava um pacote legislativo que isentava incondicionalmente os membros das forças de segurança de qualquer perseguição judiciária em caso de crimes, incluindo as mais graves violações dos direitos humanos, sem ter de divulgar os pormenores sobre os crimes perdoados (HRW, 1993).

Seja como for, a verdade é que, como observou Mandela, «[se] o Governo quisesse acabar com a violência já o teria feito. Tem a capacidade para o fazer. Tem uma força policial e um exército bem equipados. Porque não podem ser usados para acabar com a violência?» (Henderson, 1991b). Tanto mais que a carnificina fazia um elevado número de vítimas: 11.000 mortes desde a chegada de F.W. de Klerk ao poder (Arnold, 1992: 147; Edmonds, 1994). Donde a questão: o que procurava de Klerk obter através da incitação à violência?

A primeira grande consequência da violência *internegros* foi a erosão da imagem tradicional da África do Sul como um país marcado pela oposição entre uma comunidade branca dominante e uma comunidade negra dominada. Não menos importante, a violência permitiu ao Governo revelar ao mundo uma realidade que este nunca se resolvera a admitir, a saber, as divisões no seio da comunidade negra. E era agora evidente que a sociedade sul-africana era muito mais complexa do que um simples face a face racial e que a hostilidade entre os negros era porventura muito maior do que aquela que os opunha aos brancos.

A segunda consequência da hostilidade *internegros* foi a exposição das *questões tribais* ou étnicas, criando simultaneamente a ilusão de que o *apartheid* era, no fim de contas, um mero problema de política nacional (Faure, 1991: 146; Arnold, 1992: 146).

Estando o prosseguimento e o sucesso das negociações em grande medida dependente da cessação dos confrontos, um terceiro objetivo governamental terá sido o prolongamento ou até mesmo o bloqueio

272 do processo (Faure, 1991: 148). Verificou-se, com efeito, um aumento da violência, em paralelo com os grandes momentos das negociações, que levou frequentemente à sua suspensão por decisão do ANC, como aconteceu, por exemplo, após os massacres de Sebokeng (1990) e de Boipatong (1992). Esta era uma realidade tanto mais invejável para o poder branco quanto ela permitia assacar ao movimento negro a responsabilidade pelo fracasso das negociações.

O fomento da violência contribuía ainda para fragmentar a oposição negra e, dessa forma, enfraquecer a posição do ANC (Arnold, 1992: 147), deixando os vários grupos de oposição de se constituir em *frente comum* contra o poder branco (Henderson, 1991b). Mais ainda, acreditava-se em Pretória que a violência *internegros* abriria caminho à emergência de forças negras *moderadas* com as quais o Governo podia negociar em posição muito mais vantajosa (Arnold, 1992: 147; Chelet, 1989: 10; Grundy, 1991: 98; Spence, 1995: 185).

A violência mais não fazia do que reforçar a ideia de que, caso os negros acedessem ao poder, os interesses étnicos rivais mergulhariam o país numa guerra civil que acabaria num banho de sangue. A antecipação de tal desfecho devia ter o duplo efeito de manter os brancos congregados no PN e de afastar os mestiços e os asiáticos do ANC. À falta de alternativa credível, estes últimos seriam levados a aderir ao PN, enquanto o eleitorado negro se fragmentava. O partido governamental esperava, com efeito, conquistar os votos dos negros que não só não apoiavam o ANC, como ainda temiam as disputas entre este e o IFP (Arnold, 1992: 146-149).

Por fim e não menos importante, o PN emergiria como a única força capaz de garantir a estabilidade do país e a segurança dos seus cidadãos. Esta perspectiva seria, aliás, inteiramente confirmada quando o ANC solicitou a intervenção do Governo para pôr termo à violência *internegros*. Para de Klerk, tratava-se, portanto, de vender esta ideia à comunidade internacional, que seria racionalmente levada a legitimar um poder que, sendo minoritário, não era menos útil aos interesses do país, da região e do sistema internacional. Em última análise, a discriminação racial seria abolida enquanto os brancos reteriam as rédeas do poder. Mas se tal estratégia parecia boa no papel, ela não produziu os resultados esperados.

Referências Bibliográficas

- Arnold, M.W. (1992). "Engaging South Africa After Apartheid". *Foreign Policy*, nº 87, pp. 139-156.
- Baker, P.H. (2000). "The United States and South Africa: Persuasion and Coercion". In: R.N. Haass & M.L. O'Sullivan (eds.), *Honey and Vinegar: Incentives, Sanctions, and Foreign Policy*. Washington: The Brookings Institution, pp. 95-119.
- Becker, A.; Bialer, S.; Horelick, A.L.; Legvold, R. & Shulman, M.D. (1986). *The 27th Congress of the Communist Party of the Soviet Union: A Report from the Airlie House Conference*. New York: Rand/UCLA Center for the Study of Soviet International Behavior & W. Averell Harriman Institute for Advanced Study of the Soviet Union.
- Benoist, J.M. (1987). "Como Sobreviven las Democracias". *Estudios Públicos*, nº 27, pp. 27-45.
- Bialer, S. (1986). *The Soviet Paradox. External Expansion, Internal Decline*. New York: Alfred A. Knopf.
- Bispo, A.J. (1989). "Algumas Questões Elementares sobre Estratégia Espacial". *Nação e Defesa*, nº 49, p. 113-132.
- Bladel, J. (2004). *The All-Volunteer Force in the Russian Mirror: Transformation Without Change* (tese de doutoramento não publicada). Rijksuniversiteit Groningen.
- Bole-Richard, M. & Fritscher, F. (1991). *Frederik de Klerk, l'Homme qui a Aboli l'Apartheid*. Online: <<http://www.cartage.org.lb/fr/themes/geohis/Histoire/chroniques/pardate/Chr/900211b.HTM>> (referência de 13-12-2013).
- Boobbyer, P. (2009). *Conscience, Dissent and Reform in Soviet Russia*. London: Routledge.
- Borcke, A. (1990). "The KGB and Perestroika". In: Federal Institute for Soviet and International Studies (ed.), *The Soviet Union, 1987-1989: Perestroika in Crisis?* London: Longman, pp. 61-66.
- Bouckaert, P. (2000). "South Africa: The Negotiated Transition From Apartheid to Nonracial Democracy". In: M.C. Greenberg, J.H. Barton & M.E. McGuinness (eds.), *Words Over War. Mediation and Arbitration to Prevent Deadly Conflict*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 237-259.
- Chapleau, P. (1990). "La pérennité des conflits en Afrique du Sud et Australe". *Cultures & Conflits*, nº1, pp. 53-70.
- Chelet, P. (1989). "Pretoriastroika en Afrique du Sud". *Le Monde Diplomatique*, octobre, p. 10.
- Cherednichenko, M.I. (1976). "Modern War and Economics". In: *Selected Soviet Military Writings, 1970-1975. A Soviet View*. Washington: US Government Printing Office, pp. 44-55.

- 274 Chernyaev, A. (2000). *My Six Years With Gorbachev*. University Park: Pennsylvania State University.
- Cienciala, A.M. (2002). *The Rise and Fall of Communist Nations, 1917-1994*. Online: <<http://acienciala.faculty.ku.edu/communistnationssince1917/intro.html>> (referência de 13-12-2013).
- Coetzee, K. (s.d.). *Interview with John Carlin*. Online: <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/mandela/interviews/coetsee.html>> (referência de 13-12-2013).
- Conte, F. (1990). "Two Schools of Soviet Diplomacy". In: *Understanding Soviet Foreign Policy*. Washington: The Institute for National Strategic Studies, pp. 31-44.
- Coquerel, P. (1992). *L'Afrique du Sud des Afrikaners*. Bruxelles: Complexe.
- Crozier, B. (1996). "The Other Side of Perestroika. The Hidden Dimension of the Gorbachev Era". *Demokratizatsiya*, vol. 4, nº 1, pp. 45-50.
- Davis, J.K. (1986). "The United States and the Strategic Defense Initiative". In: W. Kaltefleiter & U. Schumacher (eds.), *Conflicts, Options, Strategies in a Threatened World, 1985*. Kiel: Christian-Albrechts University, pp. 251-262.
- Davis, R.H. & Schraeder, P.J. (1992). "South Africa". In: P.J. Schraeder (ed.), *Intervention Into the 1990s. U.S. Foreign Policy in the Third World*. 2nd ed. Boulder: Lynne Rienner, pp. 247-267.
- Edmonds, D. (1994). *South Africa: The Real Threat to Sustainable Democracy*. Online: <<http://www.csis-scrs.gc.ca/pblctns/cmmntr/cm44-eng.asp>> (referência de 13-12-2013).
- Eko, L.S. (2014). *New Media, Old Regimes: Case Studies in Comparative Communication Law and Policy*. Lanham: Lexington Books.
- Eekelen, W.F. (1990). "European Security in a Changing Environment". *Nação e Defesa*, nº 55, 1990, pp. 43-51.
- Faure, V. (1991). "Guerre civile au Natal-KwaZulu". *Politique Africaine*, nº 43, pp. 146-152.
- FBI [Federal Bureau of Investigation] (1988). *Soviet Active Measures in the United States, 1986-1987*. Washington: Security and Intelligence Foundation.
- Ferreira, J.J.B. (1990). "Pacifismo". *Nação e Defesa*, nº 54, pp. 117-153.
- Freidin, G. (1991). "How Communist is Gorbachev's Communism?" In: G. Breslauer (ed.), *Dilemmas of Transition: Eastern Europe and the USSR*. Berkeley: University of California Press, pp. 25-44.
- Garthoff, R.L. (1994). *The Great Transition. American-Soviet Relations and the End of the Cold War*. Washington: The Brookings Institution.
- Giliomee, H. (1985). "Democratization in South Africa". *Political Science Quarterly*, vol. 110, nº 1, pp. 83-104.

- Gorbachev, M. (1985). *Speech of the General Secretary of the CPSU at the Sofia Political Consultative Committee Meeting, 22.10.85*. Online: <http://www.isn.ethz.ch/php/documents/collection_2/docs/851022.htm> (referência de 13-12-2013).
- Gorbachev, M. (1987a). *Perestroïka*. Mem Martins: Europa-América.
- Gorbachev, M. (1987b). "Document: The Revolution and Perestroika". *Foreign Affairs*, vol. 66, nº 2, pp. 410-425.
- Gorbachev, M. (1994). *Ante-Memórias*. Porto: Edições Asa.
- Grechko, A.A. (1976). "The Soviet Armed Forces: The Dependable Guard of Socialist Achievements". In: *Selected Soviet Military Writings, 1970-1975. A Soviet View*. Washington: US Government Printing Office, pp. 165-184.
- Gross, N. (1987). "Glasnost: Roots and Practice". *Problems of Communism*, vol. 36, nº 6, pp. 69-80.
- Grundy, K.W. (1991). *South Africa: Domestic Crisis and Global Challenge*. Boulder: Westview.
- Haski, P. (1985). "Afrique du Sud" (1985). In: *L'état du monde, 1981-1997*. Paris: La Découverte (cd-rom).
- Haski, P. (1987-1988). "Afrique du Sud" (1987-1988). In: *L'état du monde, 1981-1997*. Paris: La Découverte (cd-rom).
- Haski, P. (1989-1990). "Afrique du Sud" (1989-1990). In: *L'état du monde, 1981-1997*. Paris: La Découverte (cd-rom).
- Haski, P. (1992). "Afrique du Sud" (1992). In: *L'état du monde, 1981-1997*. Paris: La Découverte (cd-rom).
- Henderson, R.A. (1991a). *Les visages de la violence en Afrique du Sud*. Online: <http://www.csis-scrs.gc.ca/fra/comment/com7_f.html> (referência de 13-12-2013).
- Henderson, R.A. (1991b). *De Klerk peut-il vaincre la violence?* <http://www.csis-scrs.gc.ca/fra/comment/com9_f.html> (referência de 13-12-2013).
- Henderson, R.A. (1991c). *De Klerk et les services de renseignements sud-africains*. Online: <http://www.csis-scrs.gc.ca/fra/comment/com15_f.html> (referência de 13-12-2013).
- Herbst, J. (1997). "Incentives and Domestic Reform in South Africa". In: D. Cortright (ed.), *The Price of Peace. Incentives and International Conflict Prevention*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 205-222.
- Hough, J. (1985). "Gorbachev's Strategy". *Foreign Affairs*, vol. 64, nº 1, pp. 33-55.
- Hough, J. (1990). *Russia and the West. Gorbachev and the Politics of Reform*. 2nd ed. New York: Simon & Schuster.

- 276 HRW [Human Rights Watch] (1989). *Human Rights Watch World Report, 1989*. Online: <<http://www.hrw.org/reports/1989/WR89/>> (referência de 13-12-2013).
- HRW (1990). *Human Rights Watch World Report, 1990*. Online: <http://www.hrw.org/reports/1990/WR90/AFRICA.BOU-10.htm#P568_126959> (referência de 13-12-2013).
- HRW (1992). *Human Rights Watch World Report, 1992*. Online: <<http://www.hrw.org/reports/1992/WR92/>> (referência de 13-12-2013).
- HRW (1993). *Human Rights Watch World Report, 1993*. Online: <<http://www.hrw.org/reports/1993/WR93/>> (referência de 13-12-2013).
- HRW (1994). *Human Rights Watch World Report, 1994*. Online: <<http://www.hrw.org/reports/1994/WR94/>> (referência de 13-12-2013).
- Huyn, H.G. (1990). *Gorbachev's Operation: A Common European House: Soviet Strategic Disinformation*. Alexandria: Center for Intelligence Studies.
- Joyaux, F. (1993). *La Politique Extérieure du Japon*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Kennedy, P. (1994). *Desafios Para o Século XXI*. Mem Martins: Europa-América, 1994, vol. II.
- Kubalkova, V. & Cruickshank, A.A. (1989). *Thinking New About Soviet "New Thinking"*. Berkeley: University of California Press.
- Landsberg, C. (2002). *South Africa Entrapped: Global Interests and Actors in South Africa's Democratic Transition, 1984-94*. Online: <<http://wiserweb.wits.ac.za/PDF%20Files/wirs%20-%20landsberg.PDF>> (referência de 13-12-2013).
- Lello, J. (1990). "A Leste Tudo de Novo". *Nação e Defesa*, nº 54, pp. 43-58.
- Lenine, V.I. (1973). "3. Discurso de resumen de la discusión del informe sobre la paz, 26 de octubre (8 de noviembre)". In: V.I. Lenine, *Obras. VII (1917-1918)*. Moscú: Progreso, pp. 162-163.
- Lenine, V.I. (1986). "Relatório da Atividade Política do CC do PCR (b), 8 de março [1921]". In: V.I. Lenine, *Obras Escolhidas em Seis Tomos*. Vol V. Lisboa-Moscovo: Edições Avante-Edições Progresso, pp. 229-250.
- Lévesque, J. (1997). *The Enigma of 1989. The USSR and the Liberation of Eastern Europe*. Berkeley: University of California Press.
- Lieber, R.J. (1991). *No Common Power. Understanding International Relations*. 2nd ed. New York: HarperCollins.
- Ludwowski, R.R. (1996). *Constitution-making in the Region of Former Soviet Dominance*. Durham: Duke University Press.
- Lyon, P. (1995). "Democratización en Sudáfrica". In: *Anuario Internacional CI-DOB 1994 (edición 1995)*. Barcelona: CIDOB, pp. 271-282.

- Macridis, R.C. (1982). *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Malki, A. (1978). "Algeria: The Growing Fight Against Imperialism". In: K.I. Zardov (ed.), *Free Africa Marches*. Prague: Peace and Socialism International Publishers, pp. 32-43.
- Mandela, N. (1998). *Longo Caminho Para a Liberdade. Autobiografia de Nelson Mandela*. 4ª ed. Porto: Campo das Letras.
- McGwire, M. (1991). *Perestroika and Soviet National Security*. Washington: The Brookings Institution.
- Meyerson, A. (1989). *The Great Rejuvenator. Ronald Reagan's Greatest Speeches*. Online: <<http://www.policyreview.com/spring89/speeches.html>> (referência de 13-12-2013).
- Montgomery, S.R. (1988). *Glasnost-Perestroika: A Model Potemkin Village*. Online: <<https://sites.google.com/site/heavenlybanner/glasnost-perestroika-a-model-potemkin-village>> (referência de 13-12-2013).
- Mufson, S. (1990). "South Africa 1990". *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 1, 1990, pp. 120-141.
- Nelan, B.W. (1989). "Changes in South Africa". *Foreign Affairs*, vol. 69, nº 1, p. 135-151.
- Nogee, J.L. & Donaldson, R.H. (1988). *Soviet Foreign Policy Since World War II*. New York: Pergamon Press.
- Oldenburg, S. (org.) (1970). *La Révolution Bolcheviste. Écrits et Discours de Lénine de 1917 à 1923*. Paris: Payot.
- Ottaway, M. (1993). *South Africa. The Struggle For a New Order*. Washington: The Brookings Institution.
- Oudenaren, J. (1990). "The Tradition of Change in Soviet Foreign Policy". In: *Understanding Soviet Foreign Policy*. Washington: The Institute for National Strategic Studies, p. 1-28.
- Pinto, S.C. (1988a). "As Relações Este-Oeste e o Controlo de Armamentos". *Nação e Defesa*, nº 47, pp. 153-186.
- Pinto, S.C. (1988b). "As Relações Este-Oeste e o Controlo de Armamentos". *Nação e Defesa*, nº 48, pp. 101-141.
- Preez, M. (2004). "Explaining the Miracle". In: *Turning Points in History, Book 6: Negotiation, Transition and Freedom*. Johannesburg: STE Publishers, pp. 22-37.
- Rémond, R. (1974). *Introduction à l'Histoire de Notre Temps. 3. Le XX^e Siècle de 1914 à nos Jours*. Paris: Éditions du Seuil.
- Reychler, L. (1990). "La perception de l'OTAN par l'opinion publique". *Revue de l'OTAN*, vol. 38, nº 2, pp. 16-23.

- 278 Riha, T. (ed.) (1969). *Readings in Russian Civilization. III: Soviet Russia, 1917-Present*. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press.
- Romerstein, H. (1991). *Soviet Agents of Influence*. Alexandria: Center for Intelligence Studies.
- Sarakinski, I. (1995). "Fin du pouvoir minoritaire". *Les Temps Modernes*, 50^e année, n^o 585, pp. 256-293.
- Schwartz, T. & Skinner, K.K. (2005). *Monotonicity Paradoxes, Mutual Cooperation, and the End of the Cold War. Merging History and Theory*. Online: <https://www.princeton.edu/~hmlner/Conference_files/KEOHANE/skinner.pdf> (referência de 13-12-2013).
- Seibert, G. (1986). "The Stockholm Conference and the Geneva US-Soviet Talks on Nuclear Defence and Space Weapons". *Nação e Defesa*, n^o 38, pp. 25-42.
- Shakhnazarov, G. (1996). "Reflections on Perestroika". *Demokratizatsiya*, vol. 4, n^o 1, pp. 39-43.
- Silva, S.V. (2013). *Política e Poder na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora.
- Simis, K. (1985). "The Gorbachev Generation". *Foreign Policy*, n^o 59, pp. 3-21.
- Sleeper, R.S. (1987). *Mesmerized by the Bear. The Soviet Strategy of Deception*. New York: Dodd, Mead & Co.
- Soutou, G.H. (2003). *Gorbatchev*. Online: <<http://www.asmp.fr/travaux/communications/2003/soutou.htm>> (referência de 13-12-2013).
- Spence, J.E. (1995). "Les années de guerre froide". *Les Temps modernes*, 50^e année, n^o 585, pp. 164-192.
- Stott, N. (2002). *From the SADF to the SANDF: Safeguarding South Africa For a Better Life for All?* Online: <<http://www.csvr.org.za/papers/papvtp7.htm>> (referência de 13-12-2013).
- Tavernier, P. (1994). "Les Nations Unies et la question de l'Afrique du Sud". In: *L'Évolution de l'Afrique Australe Depuis l'Indépendance de la Namibie*. Biviers: L'Observatoire des Relations Internationales dans l'Hémisphère Sud, pp. 97-114.
- Timmermans, W.A. (1987). "Human Rights in Socialist Constitutions: A Comparative Study". In: F.J.M. Feldbrugge (ed.), *The Distinctiveness of Soviet Law*. Dordrecht: Martinus Nijhoff, pp. 35-60.
- TRC [Truth and Reconciliation Commission] (1998a). *Political Violence in the Era of Negotiations and Transition, 1990-1994. Final Report, vol. 2, chapter 7*. Disponível online: <<http://web.stanford.edu/class/history48q/Documents/EMBARGO/2chap7.htm>> (referência de 13-12-2013).
- TRC (1998b). *Findings and Conclusions. Final Report, vol. 5, chapter 6*. Disponível online: <<http://web.stanford.edu/class/history48q/Documents/EMBARGO/5chap6.htm>> (referência de 13-12-2013).

- USDoD [US Department of Defense] (1987). *Soviet Military Power 1987*. Washington: Department of Defense.
- USDoS [US Department of State] (1988). *Soviet Influence Activities: A Report on Active Measures and Propaganda, 1986-87*. Washington: Security and Intelligence Foundation.
- USIA [US Information Agency] (1992). *Soviet Active Measures in the "Post-Cold War" Era, 1988-1991*. Online: <http://intellit.muskingum.edu/russia_folder/pcw_era/> (referência de 13-12-2013).
- Vanneman, Peter (1990). *Soviet Strategy in Southern Africa. Gorbachev's Pragmatic Approach*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Vicente, F.P. (1987). "Desafios à Aliança Atlântica e Perspetivas Futuras". *Nação e Defesa*, nº 43, pp. 35-52.
- Zinoviev, A. (1987). *Le Gorbatchévisme. Les Pouvoirs d'une Illusion*. Lausanne: Éditions L'Âge d'Homme.
- Zorgbibe, C. (1993). *Textes de Stratégie Nucléaire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Zubok, V.M. (2000). "Gorbachev's Nuclear Learning. How the Soviet Leader Became a Nuclear Abolitionist". *Boston Review*, vol. 25, nº 2, pp. 6-14.